

## Debater, Mobilizar, Propor, Intervir

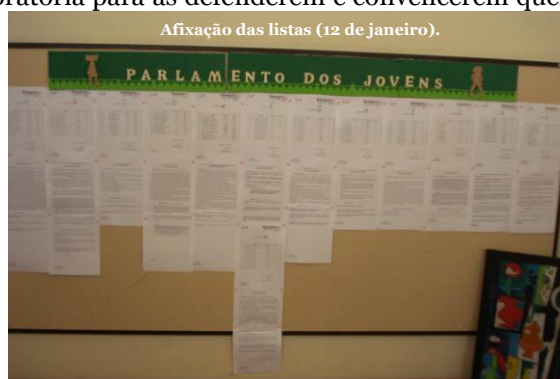
Debater, mobilizar a comunidade e propor programas de ação concretos e inovadores, sempre que dentro do domínio público detetamos algo que é injusto, está errado, desajustado e necessita de alteração é uma forma de intervir e exercer a política, a cidadania. Através do voto, da militância ativa ou do voluntariado podemos atuar e ajudar a resolver as insuficiências que qualquer sociedade mais complexa ou primitiva apresenta. Porém, são precisos alguns requisitos: há que estar atento, ser sensível, arguto, empreendedor, determinado e dominar a arte de bem falar para educar, persuadir e influenciar a opinião pública ou os governantes.

Para aplicar o que se disse anteriormente, não há idade mínima. Quanto mais cedo melhor. Daí que, anualmente, a equipa que coordena o programa *Parlamento dos Jovens*; a Comissão de Educação, Ciência e Cultura; o Instituto Português da Juventude e o Ministério da Educação e Ciência desafiem os estudantes do ensino básico e secundário a contribuírem com as suas propostas para a construção de um país que se pretende mais justo e mais esclarecido. Os que aceitam este convite percebem imediatamente que para concorrerem é imperativo debater o tema a fundo, apresentar medidas muito bem estruturadas e possuir dotes de oratória para as defenderem e convencerem quem os poderá eleger para marcar presença nas sessões escolar, distrital ou nacional.

Este ano, *Redes Sociais: Combate à Discriminação* era o assunto a explorar no ensino básico. Na E.B. 2,3 de Paredes, o debate começou logo por desfazer equívocos e esclarecer os alunos de que há vários tipos de redes sociais e que estas não se limitam às que são utilizadas pelos internautas (*Facebook, Twitter, Orkut, Hi5...*), pois sempre que existem comunidades, nas quais os agentes sociais têm afinidades ou objetivos comuns em torno de uma causa, criam-se redes sociais. A partir daí, partiu-se para a pesquisa e debate sobre os diferentes tipos de discriminação. Depois de bem informados, os elementos das diferentes listas que se constituíram (treze, no total) elaboraram os seus projetos de recomendação com base nas atitudes discriminatórias que queriam ver combatidas. Houve quem focasse a discriminação das mulheres, das minorias étnicas, dos deficientes, dos imigrantes, dos mais pobres, entre outras.

Durante a campanha eleitoral foi necessário puxar pela imaginação para a elaboração dos cartazes e para conquistar o eleitorado. Na hora da contagem dos votos era engraçado observar as expressões dos vários representantes das listas: os mais votados sorriam e batiam palmas; os que não foram tão bem sucedidos mostravam algum desapontamento, mas em democracia, há que aceitar a vontade da maioria. Na sessão escolar, quem melhor defendeu os seus projetos conquistou simpatias e viu-se eleito para representar a E.B. 2,3 de Paredes na sessão distrital que decorreu no Auditório do Conservatório de Música do Porto, no dia 5 de março.

Num conjunto de quarenta e nove escolas básicas concorrentes à distrital do Porto, as deputadas da minha escola, Paula Sofia Coelho e Joana Neto desempenharam de forma brilhante as suas funções e o reconhecimento de quem concorria em igualdade de circunstâncias elegeram-as para a sessão nacional, juntamente com os deputados do colégio INED - Nevogilde, E.B. 2,3 Sophia de Mello Breyner, Colégio Nossa Senhora de Lourdes e E.B. 2,3 Irmãos Passos - Guifões. Nem imaginam o que significa esta vitória para quem a alcança! É um



privilégio e, no dia seguinte, na chegada à escola, os protagonistas são recebidos em triunfo. Em Paredes é assim que acontece e em seis anos de participação, esta foi a quarta vez que rumámos até Lisboa! Levamos isto muito a sério.

No dia 7 de março, deputados, jornalistas e professores dos círculos eleitorais do Porto, Viseu, Viana do Castelo e Leiria e o vice-presidente da mesa da sessão plenária partilharam o transporte e as ideias. Durante a viagem, a conversa nunca esmoreceu e já se consultavam as notas sobre as questões a colocar na comissão em que cada grupo estaria presente. A empatia e euforia que se iam estabelecendo contrastavam com um céu cinzento e triste que não se cansou de lacrimejar ou chorar copiosamente durante todo o percurso.

Chegados ao Palácio de S. Bento e após as formalidades devidas, os 130 deputados eleitos pelos diferentes círculos eleitorais do país, regiões autónomas e, desta vez, fora da Europa (Escola Portuguesa de Macau) deram início às tarefas de expor, inquirir e argumentar sobre os projetos de recomendação que estavam em causa nas diferentes comissões. Na comissão 2, discutiram-se as propostas do nosso distrito (Porto) e as de Évora, Faro, Santarém e Viseu. Juntaram-se ao grupo deputados dos Açores, Aveiro, Coimbra e Viana do Castelo que ali se encontravam para verem esclarecidas as suas dúvidas quanto às medidas apresentadas pelos seus congéneres. Nesta comissão, presidida pelos parlamentares Pedro Pimpão (PSD) e Rui Duarte (PS) e pela assessora Ana Vargas, os ânimos aqueceram: Aveiro e Viseu não pouparam o distrito do Porto e as perguntas pertinentes e réplicas contundentes foram uma constante, ao ponto de a certa altura, ao contrário daquilo que é permitido durante este tipo de situação, o porta-voz do Porto, Marco Tito Antunes, arrancar palmas à assistência e obrigar o Sr. deputado Pedro Pimpão a alertar para a não repetição das mesmas. No fundo, este até achou graça, a sua expressão e sorriso disfarçado denunciaram-no. Após tanta peleja verbal, acabou por ser votado, maioritariamente, o projeto de recomendação de Évora a que foi acrescentada uma medida do Porto para levar, no dia seguinte, à sessão plenária. Convém frisar, no entanto, que apesar de cada distrito ter opiniões diferentes sobre os meios a utilizar, todos comungavam do mesmo propósito: combater a discriminação, é uma prioridade.



Comissão 2 - As deputadas Paula Coelho e Joana Neto ladeiam Marco Antunes, porta-voz do distrito do Porto.

Enquanto aqueciam os ânimos nas salas das quatro comissões, nós jornalistas e professores, separadamente, tivemos direito a uma visita guiada às salas mais emblemáticas deste espaço a que apelidam de *Casa da Democracia*. Interessante esta designação! Diria mais, privilégio o nosso e de todos os povos que a conquistaram e a souberam preservar e, com propriedade, podem eleger livremente os seus representantes. Estes, no espaço que lhes é próprio, têm o dever de defender os direitos de quem os elegeu. Desde os tempos da monarquia liberal até aos dias de hoje, excetuando, talvez, o período do Estado Novo, as paredes da Assembleia da República (AR) ouviram muitos aplausos e vaias; muitas vozes de protesto e muitas sugestões de mudança; testemunharam muitos acordos e desacordos; assistiram à aprovação de leis favoráveis à melhoria das condições de vida dos portugueses, mas também de outras que os fizeram ou fazem pensar, como acontece atualmente, graças às exigências da *troyka* (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), com vista a podermos cumprir as condições de resgate financeiro que nos foram impostas. Acrescentaria que só uma democracia madura e sólida lança o repto aos seus jovens para que estes possam opinar sobre temáticas que de forma direta ou indireta lhes dizem respeito e assim exerçam a cidadania nas suas diversas vertentes: enquanto princípio de legitimidade política, como

construção identitária e como conjunto de valores. Não fosse este o nosso caso e não existiria o *Parlamento dos Jovens*.

Concluída a ordem de trabalhos das comissões, e após um lanche reparador das energias gastas, assistimos a um momento musical. O grupo coral *Kyrios*, de Gondomar, brindou-nos com



algumas canções bem animadas. Para além dos merecidos aplausos, vimos braços a ondular no ar ao ritmo das melodias. A assistência exigiu que bisassem quando os pequenos/jovens cantores deram por terminada a sua atuação. Parafrazeando Sérgio Godinho, soube-nos a pouco e soube-nos a tanto. Por vontade nossa, tínhamos ficado lá mais tempo a ouvi-los até ver chegada a hora de jantar.

Já com a refeição noturna tomada, encaminharam-nos para os respetivos alojamentos: Pousada de Juventude de Lisboa e INATEL de Oeiras. No caso do nosso distrito, foi para este último que nos dirigimos. Para muitos de nós foi a primeira vez que dormimos fora de casa sem a companhia dos nossos pais. A novidade tirou-nos o sono e passámos parte da noite na conversa uns com os outros.

8 de maio, 7h30 da manhã, hora de despertar. O dia acordou envolto numa névoa. Depois de tomado o pequeno-almoço, os autocarros, no típico pára-arranca das filas de trânsito das grandes cidades, lá conseguiram fazer-nos chegar à Assembleia da República.

Na Sala do Senado, engalanada, o Sr. Vice-presidente da Assembleia da República, Guilherme Martins; o Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude, Alexandre Mestre; os representantes dos diferentes partidos com assento na AR, bem como a equipa que coordena o *Parlamento dos Jovens* sorriam à entrada dos aprendizes de deputados, muitos dos quais mostravam um ar grave para serem levados a sério pelos políticos presentes na sala.

Já com todos a postos nos lugares que lhes haviam destinado, Guilherme Martins deu início à sessão plenária. Seguiu-se a intervenção de Alexandre Mestre. Ambos, tal como é normal neste tipo de evento, deram as boas-vindas e realçaram o propósito da iniciativa e do trabalho dos jovens e professores que nela colaboraram, logo depois afastaram-se para deixarem juntar-se ao Presidente da

mesa, Guilherme Vilhais; o Vice-presidente, Filipe Vizela; a 1.ª Secretária, Jéssica Rosa e o 2.º Secretário, Henrique Dias. Na dianteira destes, Heloísa Apolónia (PEV), Miguel Tiago (PCP), Maria Gabriela Canavilhas (PS), Isilda Aguincha (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Ana Drago (BE) responderam às perguntas aprovadas, na véspera, nas diferentes comissões. Muitas delas refletiam o momento difícil que vivemos e, como é óbvio, as respostas traduziam a cor política de cada um dos interpelados: os parlamentares ligados à coligação governativa davam respostas mais evasivas e otimistas; a



oposição lançou críticas duras e mordazes ao governo. A título de exemplo, numa das perguntas pretendia-se saber se emigrar é a única solução que as pessoas têm para melhorar as suas condições de vida. Coube à deputada Heloísa Apolónia responder à questão dizendo que em Portugal a cada dia que passa há mais trabalhadores no desemprego e, por isso, muitas pessoas, embora não o desejando,

terão mesmo de o fazer. Para Portugal, segundo ela, tal situação é péssima. Como jovem estudante que sou, espero bem que chegado o momento de fazer parte da população ativa venha a encontrar oportunidades de emprego que me permitam, simultaneamente, ser autónoma financeiramente e contribuir para o desenvolvimento do meu país.

Cerca das 11h30, começaram a ser discutidas as dezasseis medidas aprovadas nas diferentes comissões. Guilherme Vilhais, muito senhor do seu papel, e atendendo a que era a primeira vez que se via em tais apertos, conduziu a sessão com bastante desenvoltura, a que não foi alheia a assessoria dos outros elementos da mesa e da Dra. Maria José Afonso, coordenadora do programa, que na retaguarda prestava o seu apoio quando necessário.

Sem fugir ao programa pré-estabelecido, pelas 12h00, o Dr. José Ribeiro e Castro, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, respondeu em conferência de imprensa às questões que os jornalistas lhe haviam reservado e foram bastantes. Chegada a minha vez, abordei-o da seguinte forma: «Agora que a escolaridade é obrigatória até aos 18 anos de idade, num contexto de contenção de custos vai ser possível cumprir este objetivo?» Ribeiro e Castro respondeu: «É óbvio que agora a escolaridade é obrigatória até ao 12.º ano e como tal, em relação à contenção de custos, nós não podemos pensar se será que é possível, ou se será que vamos conseguir. Nós temos de pensar que o país vai para a frente e que vai ser possível cumprir este objetivo.» A nossa questão veio a propósito de sabermos que enquanto estava legislado como limite obrigatório o 9.º ano de escolaridade, os níveis de abandono escolar ainda atingiam percentagens algo elevadas. Estendê-lo agora por mais três anos vai exigir aos estabelecimentos de ensino secundário que encontrem soluções muito concretas para motivar aqueles estudantes que, infelizmente, não veem na escola a sua oportunidade de futuro. Os cursos profissionais são uma solução, mas exigem maiores investimentos do que os cursos de via curricular científica. Esperemos, então, que o orçamento de Estado contemple esta realidade.

Servido o almoço, mais uma vez um repasto bem variado e abundante, pois a organização sabe o que o adágio sabiamente preconiza: «Cabeça com comer se endireita.», recarregámos baterias e enfrentámos a última etapa que decorreu entre as 14h00 e as 16h00. Reentrámos na Sala do Senado



para concluir o debate e votar as 9 medidas que acabariam por constar da recomendação final a

apresentar à AR. Destacamos a criação da figura de um provedor; a formação de núcleos antidiscriminação; a criação de plataformas, *sites*, bogues e portais *on-line* que promovam o combate à discriminação; a realização de produções cinematográficas e teatrais que abordem o tema e possam ser divulgados nas escolas; a introdução no currículo do 1.º ciclo de escolaridade de conteúdos e atividades que desde cedo sensibilizem as crianças para a temática e as eduquem para se tornarem, no futuro, adultos conscientes; a criação do Dia Nacional da Diversidade ou, ainda, o alargamento para um período de 24 horas da linha telefónica SOS que já existe, para atendimento das vítimas de discriminação. Na variedade de propostas apresentadas, é importante realçar o contributo de todos os que em sede de comissão e na sessão plenária deram o seu melhor e acreditam ser possível combater, ou quando muito minimizar, o sofrimento dos que se sentem discriminados.

A hora de encerramento dos trabalhos estava a chegar. Seguiram-se os discursos finais: o presidente da mesa, Guilherme Vilhais, eleito no círculo de Portalegre, foi eloquente na mensagem que partilhou com a assistência e apelou aos governantes para que não se esqueçam de quem vive mais afastado dos centros de decisão política; finalmente, o Dr. Ribeiro Castro agradeceu a prestação dos presentes e incentivou-nos a prosseguir na nossa intervenção cívica. A distribuição dos diplomas aos participantes por parte da Dra. Maria José Afonso, foi o ato final.

Cá fora, um sol cintilante sorria para nós e, com o seu calor, dava-nos um abraço de despedida. No escadório monumental de acesso ao Palácio de S. Bento, tivemos tempo, ainda, para assistir ao render da guarda e tirar as últimas fotografias de grupo.

Acomodados no autocarro que nos trouxe de regresso a casa, a animação era muita, mas também a tristeza sempre que parávamos para largar alguém no local de destino. Mesmo naquela noite e nos dias seguintes, o *facebook* foi muito utilizado, não para combater a discriminação, é certo, mas para adicionarmos um sem número de amigos, a fim de partilharmos com eles o que ficou desta experiência singular e de outras que se seguirão.

Pegando nas palavras que deram título a esta reportagem: “Debater, Mobilizar, Propor, Intervir” é possível dizer que a nossa participação no *Parlamento dos Jovens* propiciou-nos a oportunidade de aplicarmos tudo isso. Ao fazê-lo, enriquecemo-nos como pessoas e cidadãos e prestámos o nosso contributo à sociedade em vivemos e que queremos servir hoje e no futuro.

Bem-haja quem nos deu este ensejo de mostrar do que somos capazes.



A comitiva da E.B. 2,3 de Paredes: Deputada Joana Neto, professora Celeste Fontelas, jornalista Carla Sousa e deputada Paula Coelho.

Carla Sousa

Repórter da E.B. 2,3 de Paredes



Jornal *Ideias Frescas*, <http://site.aveparedes.net>